

NOVO ENSINO MÉDIO NO CEARÁ: O QUE DIZEM AS PESQUISAS ACADÊMICAS?

Felipe Rodrigues Nobre¹ Prof. Dr. Diego Adaylano Monteiro Rodrigues²

1 Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús – FAEC, Independência, Ceará, Brasil, rodrigues.nobre@aluno.uece.br

2 Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús – FAEC, diego.adaylano@uece.br

Resumo

Este artigo analisa a produção científica acerca da Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, com foco em sua implementação no estado do Ceará, no período de 2017 a 2025. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, que examinou artigos científicos publicados em bases públicas como SciELO, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES. 22 artigos foram selecionados, porém apenas 17 foram eleitos para análise. Os resultados evidenciam que a reforma tem provocado o aprofundamento das desigualdades educacionais entre as escolas da rede pública estadual, a redução e fragilização da Formação Geral Básica, a oferta desigual dos Itinerários Formativos e a intensificação da precarização e sobrecarga do trabalho docente. Além disso, os estudos indicam que a implementação ocorreu de forma acelerada e verticalizada, com baixa participação da comunidade escolar e forte orientação para atender às demandas do mercado de trabalho. Conclui-se que, no contexto do Ceará, o Novo Ensino Médio tem se distanciado das promessas de democratização, flexibilização e melhoria da qualidade da educação, reforçando a necessidade de revisão crítica à luz das especificidades locais e do direito à educação pública de qualidade.

Palavras-Chave: Novo Ensino Médio. Ceará. Lei nº 13.415/2017. Reforma no Ceará.

Introdução

REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

A partir do estabelecimento da Reforma do Ensino Médio, estabelecida pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), diversos estudos e pesquisas (Cássio e Goulart, 2022; Krawczyk e Ferretti, 2017; Rodrigues e Carneiro, 2023) vêm questionando a tentativa de reforma a partir de suas bases: alterações na carga horária anual para 1000h, o estabelecimento de uma Formação Geral Básica (FGB) e de Itinerários Formativos (IF) que elaboram promessas voltadas aos jovens, como um “ensino de qualidade”, fortalecer o protagonismo nos estudantes e prepará-los para o mercado de trabalho e vida em sociedade (Brasil, 2018).

Contudo, o que as pesquisas apontam é para a fragmentação do ensino médio, barateamento da qualificação profissional da juventude, disfarce de intenções toyotistas¹ com educação técnica, redução das oportunidades educacionais e intensificação drástica do trabalho docente nessa nova organização curricular (Cássio e Goulart, 2022; Kuenzer, 2019; Zibas, 2005).

Nesse contexto, torna-se fundamental problematizar o currículo para além de sua dimensão técnica ou instrumental. Como afirma Goodson (2013), pouco se tem feito para estudar a profundidade da história e impacto social dos currículos pois no nosso próprio percurso escolar de estudante, a forma do currículo era a resposta para os questionamentos de “Por que gostar de certas disciplinas e de outras não?”, salientando a importância deste como ferramenta de reflexão sobre o que se deseja que os alunos aprendam e o que se pretende para eles (Sacristán, 2017).

O debate midiático sobre o Novo Ensino Médio (NEM) oscila entre críticas sobre as desigualdades estruturais, redução radical das cargas horárias e o potencial de modernização na educação brasileira, podendo ser “bem-sucedido” em determinados estados brasileiros, como o Ceará. Reconhecido nacional e internacionalmente por indicadores de desempenho, políticas de avaliação em larga escala e de promoção à alfabetização, o estado é recorrentemente apresentado como referência e “eficiência” no campo das políticas públicas de educação. Tal situação midiática reforça a urgência de um olhar mais crítico e preciso sobre o NEM neste ente federativo.

Sob esse viés, urge a necessidade de contribuir com a discussão a respeito do NEM, especialmente sua atuação no Ceará. Refletir sobre as mudanças nos documentos normativos

¹ Ao afirmar que a reforma possui intenções toyotistas, as autoras criticam o fato das políticas tentarem subordinar o currículo à lógica empresarial, formando estudantes “flexíveis” para atuar nos princípios desse modelo de produção japonês (Toyotismo).

da educação implica questionar também quais conhecimentos são legitimados, quais sujeitos são priorizados e quais interesses orientam a organização do ensino, reforçando o currículo como um campo de tensões e batalhas políticas, sociais, históricas e pedagógicas (Goodson, 2013, Rodrigues e Carneiro, 2023)

Portanto, o objetivo do trabalho é analisar a produção científica sobre a Reforma do Ensino Médio no Ceará divulgada em forma de artigos científicos entre o período de 2017 a 2025. Essa pesquisa tem uma abordagem qualitativa e bibliográfica, faz parte de um projeto de iniciação científica financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo foco é o estudo de reforma do EM no Ceará.

Caminho Metodológico

Esta é uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa elaborada a partir da coletânea de diversos artigos de revistas publicados nas plataformas públicas Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da CAPES, uma vez que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, principalmente (Gil, 2002). Trata-se de um levantamento de artigos que abordam o NEM no estado do Ceará entre os períodos de 2017 a 2025 (início dos debates sobre a Reforma em 2017 e início dos estudos para produção desta pesquisa, respectivamente).

Para obtenção dos artigos, foram aplicados nas plataformas os descritores: Novo Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017, Reforma do Ensino Médio, Reforma Curricular, Ceará e combinações entre estes, sempre utilizando do descritor “Ceará”. Ao todo foram identificados vinte e dois trabalhos. Nessa identificação foram lidos e analisados preliminarmente os títulos e resumos, para em seguida ser realizada uma leitura mais aprofundada.

Justifica-se o uso articulado do SciELO, do Google Acadêmico e do Portal de Periódicos da CAPES na busca por artigos científicos em razão da complementaridade entre essas bases de dados e por estes usarem de uma mesma metodologia de pesquisa.

Como ferramenta de restrição e exclusão devido ao grande número de achados e correspondências dos descritores, foram excluídos os trabalhos de eventos, teses, dissertações, resumos, revistas com Qualis C e pesquisas que não aprofundam reflexões sobre a reforma de 2017. Dessa forma, preliminarmente 22 trabalhos foram identificados, porém 17 foram selecionados para análise mais profunda e discussão. Optou-se por não incluir os 5 restantes

artigos científicos no levantamento bibliográfico em razão de critérios de pertinência ao objeto de estudo. Embora algumas produções mencionam o estado do Ceará, estas não se dedicam a discutir de forma aprofundada a implementação e os desdobramentos do Novo Ensino Médio no contexto estadual. Além disso, parte dos estudos analisados tem como foco reformas educacionais anteriores ou apresenta objetos de pesquisa distintos, que não contemplam a análise crítica das consequências da Lei nº 13.415/2017 no território cearense. Outros citam o Ceará somente para contexto de geolocalização da pesquisa. Os trabalhos elegidos constam no quadro 1:

Quadro 1. Artigos que discutem o Novo Ensino Médio no Ceará

ID	Nome do Trabalho	Autores	Ano	Nome do periódico	Qualis
T1	AS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL EM FORTALEZA/CE, NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS	Rachel Facundo Vasconcelos de Oliveira; Glauciana Alves Teles; Tereza Sandra Loiola Vasconcelos	2020	Caderno Prudentino de Geografia	A1
T2	TRAZENDO O CONTEXTO PARA O CENTRO DA ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS: um estudo acerca da reforma do Ensino Médio e da BNCC em escolas do Ceará	Brena Kécia Andrade de Oliveira; Meyre-Ester Barbosa de Oliveira	2021	Currículo Sem Fronteira	A1
T3	BNCC E CURRÍCULO DO/PARA O ENSINO MÉDIO: O QUE PENSAM OS ALUNOS SOBRE ITINERÁRIOS FORMATIVOS?	Eurandizia Maia da Silva; Márcia Betania de Oliveira	2022	Revista Linguagens, Educação e Sociedade. Dossiê: Que Currículo é a BNCC?	A2

T4	A reforma do ensino médio no Ceará diversification of supply, equity and local contexts	Eloísa Maia Vidal; Ana Gardennya Linard Sirio Oliveira; Davi Miranda Lucena de Avelar	2022	Revista Retratos da Escola	A2
T5	Desafios de implementação e reforma no Ensino Médio: o caso do Ceará	Sofia Lerche Vieira; Francisca Rejane Bezerra Andrade; Eloisa Maia Vidal	2022	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	A3
T6	Currículo de Biologia como território de disputas: análise de currículos estaduais cearenses após os anos 1990	Diego Rodrigues; Claudia Christina Bravo e Sá Carneiro	2023	Revista de Ensino de Biologia	A1
T7	UM RECORTE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO MÉDIO NO BRASIL E O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO CEARÁ	Plêima Nazá Rodrigues Nunes Pessoa	2023	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação	A3
T8	Os Sentidos da Escolarização para Estudantes do Ensino Médio em Tempo Integral no Ceará: Experiência de Pesquisa do Programa PIBIC/EM	Francisco Willams Ribeiro Lopes	2023	Mediações - Revista de Ciências Sociais	A2
T9	A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DA EEM NAZARÉ GUERRA ITATIRA, CEARÁ, BRASIL, COMO PREMISA DA INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROCESSO EDUCATIVO	José Ricardo Alexandre da Silva; Theresa Christine Filgueiras Russo Aragão	2023	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação	A3

T10	Novo ensino médio: refletindo sobre o currículo das escolas do Ceará	Adriana Schneider Muller Konzen; Priscila Rusalina Medeiros de Oliveira; Jean Mac Cole Tavares Santos	2023	Revista Exitus	A1
T11	CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE CURRÍCULO DE ENSINO MÉDIO EM UMA PERSPECTIVA DESCENTRADA	Adriana Schneider Muller Konzen; Priscila Rusalina Medeiros de Oliveira; Jean Mac Cole Tavares Santos	2024	Revista Exitus	A1
T12	A contrarreforma do “Novo” Ensino Médio no estado do Ceará e a institucionalização da desigualdade de acesso ao conhecimento escolar	Vanessa Campos de Lara Jakimiu; Maria Auriene Cardoso	2024	Revista Educação e Emancipação	A3
T13	Educação Socioemocional e o Novo Ensino Médio: projeto de formação neoliberal para juventude da classe trabalhadora	Antonio Dário Lopes Júnior; Estefanni Mairla Alves	2024	PPGE - Revista Educação e Emancipação	A4
T14	Projeto de vida no “novo” ensino médio no estado do Ceará e a institucionalização da agenda globalmente estruturada para a educação (AGEE)	Vanessa Campos de Lara Jakimiu; João Eudes Alexandre de Sousa Júnior	2024	Revista Ponto de Vista	A2
T15	PROFESSOR(A) DE HISTÓRIA E OS DESAFIOS DO NOVO ENSINO MÉDIO EM MARANGUAPE-CE	Yara de Oliveira Sales	2025	Revista ComCiência – Multidisciplinar	B1

T16	Processo de implementação do novo ensino médio pela óptica da CREDE 10 cearense	Ana Luísa de Castro Nogueira; Margarida Maria Martins de Freitas; Joan Petrus Oliveira Lima; Francisco Ranulfo Freitas Martins Júnior	2025	Revista Educação, Ciência e Cultura	A3
T17	INTERFERÊNCIAS DO PROJETO NOVO ENSINO MÉDIO NA DOCÊNCIA E NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE ARTE	Mírian Soares Rocha; José Albio Moreira de Sales	2025	Revista da FUNDARTE	A2

Os dados foram analisados a partir do método de interpretação de sentidos, conforme as concepções de Minayo (2009), que entende a análise como um processo interpretativo desenvolvido em três etapas articuladas. A primeira consiste na leitura compreensiva do material selecionado, visando à apreensão global dos conteúdos. A segunda etapa refere-se à exploração do material; a terceira etapa corresponde à elaboração da síntese interpretativa, na qual os sentidos construídos ao longo da análise são sistematizados, permitindo uma compreensão crítica e aprofundada do objeto investigado.

Resultados e Discussão

No que diz respeito às metodologias utilizadas pelos artigos, a predominância da pesquisa empírica (ver quadro 2) aponta que o NEM está sendo analisado da forma como ele acontece na realidade; entrevistas, questionários e estudo de casos são formas de indicar se o discurso e promessas oficiais da reforma estão sendo cumpridas na prática, além de garantir a oportunidade de identificar problemas na “implementação”. Por outro lado, a menor frequência de revisões bibliográficas pode ser um indicativo de que a discussão já passou da fase teórica e agora já existem dados suficientes para avaliações.

Destrinchando o grande número de pesquisas empíricas, o uso de fontes orais foi presentes em alguns trabalhos como o T17, que utiliza entrevistas semiestruturadas com um coordenador e 3 professoras, o T16 também usufrui das entrevistas com gestores/formadores

da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE 10) sobre seus posicionamentos a respeito das mudanças trazidas pela reforma, assim como o T1 e T10 usufruem do recurso de fontes orais para produzir dados. Não foi identificado o uso de pesquisas narrativas nos artigos analisados. Pais e alunos não foram entrevistados.

Já os estudos documentais apresentaram um padrão consistente, geralmente utilizando-se da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), mas no que tange ao Ceará, os documentos mais estudados foram o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) e outros documentos técnicos produzidos pela Secretária de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), como Matrizes curriculares (Documento orientador enviado às escolas), a Coleção Escola Aprendiz, Cartilhas de Matrículas Escolares e Catálogo de Trilhas de Aprofundamento, não abstraindo estudos minuciosos como o T2, que analisa o Projeto Político-Pedagógico (PPP), matrizes curriculares daquelas escolas escolhidas e o Plano de Flexibilização Curricular (PFC).

Quadro 2. Procedimentos técnicos utilizados pelos autores

Procedimentos técnicos	Descrição geral	Quantidade	ID's
Revisão bibliográfica	Baseia-se em livros, artigos, teses e dissertações já publicados.	5	T2, T3, T7, T11, T13
Análise documental	Utiliza documentos oficiais, legislações, relatórios, pareceres, atas, etc.	9	T2, T4, T5, T6, T7, T10, T12, T14, T17
Pesquisa empírica	Produção de dados no ambiente em que o fenômeno ocorre, por meio de entrevistas, questionários, observações, entre outros.	11	T1, T2, T3, T4, T8, T9, T10, T14, T15, T16, T17

Quanto aos impactos da reforma mais pertinentes nos artigos no contexto do Ceará, é evidente que: o aumento da desigualdade educacional entre os diferentes tipos de escolas da

rede pública estadual, redução e fragilização da Formação Geral Básica (FGB), precarização, sobrecarga e tentativa de controle sobre o trabalho docente e a formação voltada para o mercado de trabalho são as principais consequências do NEM.

Os desafios para a “implementação” do NEM no Ceará desdobram-se na falta de oferta e possibilidades para municípios com apenas uma única escola de Ensino Médio, sendo esta da modalidade de tempo integral, no qual o atendimento à promessa de democratização e flexibilização do ensino por meio dos IF se faz impotente; inacessibilidade para oferta de educação noturna para alunos que não podem estudar de dia; administração ruim de muitos contratos de professores temporários; tratamento financeiro desigual entre as modalidades de ensino médio, pois a modalidade com maior número de matrícula não é a com mais investimentos, e critérios seletivos que excluem parte dos jovens que terminam o Ensino Fundamental e desejam ingressar na educação pública, como afirma o T5.

O T1, assim como T4 e T7 comprovam a desigualdade na recepção da reforma, seja no desequilíbrio da oferta de Itinerários Formativos (IF) entre os municípios que possuem apenas uma escola de ensino médio e os que possuem mais de uma; no investimento aluno-ano não equitativo (o maior valor é dedicado às EEEPs, sendo este R\$10.500,30, em comparação com os R\$7.894,95 dedicados às ER) nos modelos de escolas de ensino médio cearenses: Escolares Regulares (ER), que oferecem turno único de 5h, Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), consistente em ampliar a formação oferecendo educação integral e as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) com 9h de aula por dia, formação integral e técnica de nível médio) ou na diferença de infraestrutura entre escolas que não estão preparadas para receber o NEM.

No que tange a redução de carga horária da FGB, o T10 denuncia a drástica redução nas EMTI de 66% para 40% das horas totais, os IF agora ocupam 60% do tempo escolar. Além disso, essa redução ameaça disciplinas como a Biologia (evidenciada no T6), que agora com apenas 50 min de aula semanalmente, precisa disputar espaço com outras atividades inseridas no currículo escolar, como as “trilhas de aprofundamento”, “projetos integradores” e “projeto de vida”. O mesmo aplica-se a outros componentes como História e Artes em T15 e T17, respectivamente.

Além disso, há uma precarização da atuação de professores nas diversas áreas com a orientação de que os Itinerários Formativos “serão compostos de aprofundamento das áreas do conhecimento ou de formação técnica e profissional, conforme a relevância para o contexto

local e a possibilidade dos sistemas de ensino”. Logo, se em uma escola, alguma disciplina não for relevante na composição de um IF, haverá redução na contratação de professores dessa disciplina, como afirma o T17. O T16 reforça a visão desvantajosa para o lado dos docentes nas narrativas quando evidencia a insatisfação com os novos livros didáticos, em especial o de Ciências da Natureza, que para um dos entrevistados, está “magrinho”. Outro entrevistado destaca mudanças na rotina ao assumir os Itinerários Formativos, além dos projetos de vida.

Os trabalhos de ID T2, T13 e T14 mostram como a reforma subordina a educação aos interesses privados ao difundir uma ideia de formação flexível e voltada para o mercado de trabalho em detrimento de uma educação crítica e emancipadora. Tais concepções são sustentadas pela invasão indireta das empresas privadas na política educacional por meio de parcerias público-privada. No Ceará, esse tipo de relação é denunciado pelas parcerias da SEDUC-CE com o Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna (IAS) e Instituto Natura como exemplos de órgãos privados que chegam com projetos prontos para influenciar a formação dos estudantes. O IAS deixa sua marca com o programa de avaliação e desenvolvimento das Competências Socioemocionais aplicado nas escolas para fomentar as características necessárias do trabalhador do século XXI nos adolescentes. Nesse sentido, a parceria do Instituto Unibanco por meio do programa Jovem do Futuro, adapta o ciclo PDCA (Plan – Do – Check – Act), que significa planejar, executar, checar e ajustar, ao contexto escolar para aproximar o funcionamento de uma escola ao de uma empresa.

Apesar de tudo, o T12 explica o papel que a comunidade educacional ainda tem na batalha contrarreforma, uma vez que o governo ainda anda em direção oposta à dos movimentos estudantis e docentes ao aprovar, por exemplo, a reformulação da reforma, que para as autoras, representa a substituição de uma educação crítica para uma formação que atenda ao mercado de trabalho. Para fortalecer esse papel, é necessário ações como as vistas em T8, porque permitem compreender de forma mais aprofundada, usufruindo de questionários com os sujeitos que vivem a reforma, os efeitos reais das políticas educacionais para além de seus discursos normativos.

Cabe aqui ainda ressaltar a importância do estado do Ceará como contexto de pesquisa, por se tratar de um dos primeiros estados a estabelecer parcerias de forma ampla entre instituições de capital privado e secretarias de educação municipal e estadual, por já ter instituído desde 2008 o Projeto de Vida – importante figura do NEM – no currículo do ensino médio e por produzir, com a implementação da reforma, diversos desenhos curriculares, em razão do amplo leque de ofertas de ensino médio existentes no estado, de acordo com o T13 e

T14. Esse conjunto de especificidades justifica, de forma ainda mais contundente, a necessidade de pesquisas narrativas que tomem os docentes como sujeitos centrais da análise, buscando compreender suas narrativas, percepções e experiências diante da reforma. Ao investigar as vozes dos professores, torna-se possível apreender como o NEM se materializa no cotidiano escolar, quais tensões, resistências e estratégias são mobilizadas no exercício da docência e de que maneira a reforma impacta a identidade profissional e as condições de trabalho docente no contexto cearense.

Considerações finais

A análise da produção científica sobre o Novo Ensino Médio no Ceará, no período de 2017 a 2025, evidencia que a implementação da reforma tem produzido impactos significativos e majoritariamente negativos no contexto educacional estadual. Os estudos analisados convergem ao apontar o aprofundamento das desigualdades entre as escolas da rede pública, a fragilização da Formação Geral Básica, a oferta limitada e desigual dos Itinerários Formativos e a intensificação da precarização e da sobrecarga do trabalho docente.

Dessa forma, conclui-se que o Novo Ensino Médio, tal como implementado no Ceará, tem se distanciado das promessas de democratização, flexibilização e melhoria da qualidade da educação. Importante reforçar a intenção de incentivar o debate sobre o currículo, as reformas da educação brasileira e os desdobramentos destas nos estados brasileiros.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 3/2018.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 21 de novembro de 2018.

CÁSSIO, F.; GOULART, D. C. **A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem.** Retratos da Escola, v. 16, n. 35, p. 285–293, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1620>

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GOODSON, Ivor F. **As políticas de currículo e de escolarização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

KUENZER, A. Z. **Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do ensino médio flexível**. *Ciência & Saúde Coletiva* [periódico na internet], 2019. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/sistema-educacional-e-a-formacao-de-trabalhadores-a-desqualificacao-do-ensino-medio-flexivel/17364?id=17364> . Acesso em: 20 fev. 2026.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

Rodrigues, D., & Carneiro, C. C. B. e S. (2023). **Currículo de Biologia como território de disputas: análise de currículos estaduais cearenses após os anos 1990**. *Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio*, 16(nesp.1), 532–556. <https://doi.org/10.46667/renbio.v16inesp.1.982>

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

SCIELO. **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil**. São Paulo: SciELO, 2024.

VIEIRA, S. L.; ANDRADE, F. R. B.; VIDAL, E. M. **Desafios de implementação e reforma no Ensino Médio: o caso do Ceará**. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 17, n. esp. 3, p. 2235–2253, 2022. DOI: 10.21723/riace.v17iesp.3.16608. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16608>

ZIBAS, D. L. **A reforma do ensino médio no Ceará e suas contradições**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 124, p. 201–226, jan./abr. 2005.

